



Anais da Assembléia

Nº 123

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 26 DE SETEMBRO DE 1991

ANO XVII

RESOLUÇÃO Nº 032/91

DATA 26 de setembro de 1991

SÚMULA Modifica a Resolução nº 101 publicada no D.O.E. 3435 de 22 de janeiro de 1991 que autoriza a realização de Plebiscito no Distrito de Tamarana, a ser desmembrado do Município de Londrina.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução.

Art. 1º - A Resolução nº 101/90 que autoriza a realização do plebiscito do distrito de Tamarana a ser desmembrado do município de Londrina, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica autorizada a realização do plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Tamarana desmembrado de Londrina e com as divisas e perímetro urbano abaixo descritos.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:

Com o Município de Londrina - Começa na foz do Córrego Sutil no Rio Apucaraniinha, segue por este até a foz do Córrego Faustino, deste ponto sobe pelo Córrego Faustino até a sua nascente, de onde em linha reta no sentido nordeste alcança a cabeceira do Ribeirão dos Morais, desce por este até a sua foz no Rio Apucaraniinha e por este abaixo até sua foz no Rio Tibagi;

Com o Município de São Jerônimo da Serra - Começa na foz do Rio Apucaraniinha no Rio Tibagi, segue por este até a foz no Rio Apucarana;

Com o Município de Ortigueira - Começa no Rio Tibagi na foz do Rio Apucarana sobe por este até sua confluência com o Rio Preto, segue por este até sua confluência com o Rio do Meio;

Com o Município de Marilândia do Sul - Começa no ponto acima descrito na confluência do Rio Preto com o Rio do Meio, segue por este até sua nascente, de onde em linha reta alcança a cabeceira do Rio Valêncio, desce por este até sua foz no Rio Apucaraniinha, segue por este até a foz do Córrego Sutil, ponto de partida.

PERÍMETRO URBANO:

Distrito de Tamarana - Principia no afluente do Ribeirão dos Morais, que cruza a Avenida 19 de Dezembro, abrange o Jardim Juny, abrange os terrenos com testada para a Rua Demétrio Carneiro Siqueira, segue pela divisa leste do lote 129, abrange a Igreja Congregação Cristã, segue

pela estrada Arroio Grande, abrange os terrenos com testada para a Rua Rio Preto, Rua Mauá, Avenida Perimetral e daí segue até o ponto de partida."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

1ª. SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 1991.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Plauto Miró Guimarães.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Basílio Zamusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, João Preis, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Nei-vo Beraldin, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Rossoni, Severino Félix e Toti Colação (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Arlindo Troian, Dirceu Manfrinato, Durval Amaral, Luiz Antônio Setti, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Ovídio Constantino e Renato Adur (09). Achando-se em licença os Senhores Deputados Cesar Silvestri e José Afonso Júnior (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. NILTON CÉSAR SERVO - (Pela Ordem) -
Sr. Presidente, solicito verificação
de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) - A Mesa
deferre e procederá à verificação de
votação.

(É procedida a verificação de votação)
Vinte e três Srs. Deputados, responde-
ram a chamada.

Há "quorum" para prosseguimento da
Sessão.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura
do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Of. nº 1241/91/GS

Senhor Presidente.

É o presente para solicitar dilação do
prazo por 30 (trinta) dias, a contar da
data de devolução deste, para esta
Secretaria apresentar as informações soli-
citadas por Sua Excelência o Deputado
Florisvaldo Fier, no Ofício nº
8157/91/DA/CEA/SC.

O vigoroso processo de descentraliza-
ção administrativa por que passou esta
Secretaria, bem como a complexidade e o
volume das informações solicitadas, são
alguns dos elementos que dificultam sobre-
maneira o cumprimento do prazo legal.

Contando com a compreensão de Vossa
Excelência, aproveito a oportunidade para
apresentar meus protestos de elevada con-
sideração e apreço.

(a) NIZAN PEREIRA

Secretário de Estado

Of. nº 1242/91/GS

Senhor Presidente.

É o presente para solicitar dilação do
prazo por 30 (trinta) dias, a contar da
data de devolução deste, para esta Secre-
taria apresentar as informações solicita-
das por sua Excelência o Deputado Rosinha,
no Ofício nº 8162/91/DA/CEA/SC.

O vigoroso processo de descentraliza-
ção administrativa por que passou esta
Secretaria, bem como a complexidade e o
volume das informações solicitadas, são
alguns dos elementos que dificultam sobre-
maneira o cumprimento do prazo legal.

Contando com a compreensão de Vossa
Excelência, aproveito a oportunidade para
apresentar meus protestos de consideração
e apreço.

Sala das Sessões, em 26.09.91

(a) NIZAN PEREIRA

Secretário de Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2500-A

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA DE MACEDO, Deputado Esta-
dual eleito pelo Partido Democrático Tra-
balhista - PDT, abaixo assinado, requer,
na forma regimental e após ouvido o Douto
Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de
Lei nº 110/91 que altera o art. 1º da Lei
nº 7.777 de 13.12.83.

Sala das Sessões, em 26.09.91

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO Nº 2518-A

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA DE MACEDO, Deputado Es-
tadual eleito pelo Partido Democrático
Trabalhista - PDT, abaixo assinado, re-
quer, na forma regimental e após ouvido o
Douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Pro-
jeto de Lei nº 6.470 que altera o art. 2º
da Lei nº 6.470 de 22.10.73, que acrescen-
ta parágrafos e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 26.09.91

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO Nº 2519

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
com fundamento no disposto pelo artigo 182
do Regimento Interno e, após ouvido o Ple-
nário, respeitosamente REQUER regime de
urgência para o Projeto de Lei nº 427/91,
de sua autoria, que autoriza o Poder Ete-
cutivo a permutar imóveis urbanos com o
município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 26.09.91

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2518

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no
uso de suas atribuições Regimentais, RE-
QUER, após ouvido o Plenário, o adiamento
da discussão e votação por 10 sessões do
Projeto de Lei nº 185/91.

Sala das Sessões, em 26.09.91

(a) ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2515

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais e,
com fundamento no disposto pelo Artigo
187, § 4º do Regimento Interno, REQUER,
após ouvido o Plenário, dispensa de dis-
cussão e votação da redação final para os
projetos aprovados em 2ª discussão,
constantes da Ordem do Dia da presente
sessão, que não tenham sofrido emendas no
curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.09.91

(a) DALTON MACHUCA

REQUERIMENTO N° 123

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário desta Casa, REQUER, voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nessa Cidade de Curitiba, do Doutor Percy Alfredo Tiemann, procurador inativo do Estado do Paraná e advogado militante no fórum Judicial do nosso Estado.

Requeiro ainda, após aprovação deste, seja dado ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Martin Afonso, 1200 - ap. 16 - Curitiba- Pr.

Sala das Sessões, em 26.09.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 2502

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja registrado Votos de Congratulações ao Senhor Fábio Degushi, pela conquista no último Campeonato Nacional de Judô realizado na Cidade de Maringá- Pr, do título de Campeão Brasileiro Universitário - categoria meio-leve.

Sala das Sessões, em 26.09.91.

COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

Fábio Degushi é um jovem araponguense praticante do esporte-doutrina judô, criados pelo Mestre Japonês Tigorô Kano, esporte esse que hoje é olímpico.

Sua dedicação e disciplina ferrea credenciaram-no a levantar, em sua categoria, o título de campeão brasileiro entre os universitários do Brasil.

Essa conquista realça o Paraná nos meios esportivos e orgulha a Cidade de Arapongas, terra natal de Fábio Degushi, razão porque do regozijo de todos os paranaenses.

REQUERIMENTO N° 2503

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja registrado Votos de Regozijo pela coragem e visão dos industriais que compõem o grupo empresarial - MOVAL (Moveis Arapongas Ltda), com sede na cidade de Arapongas, na aquisição, através da IRMOL - Indústrias Reunidas de Moveis Ltda, do patrimônio da INDUSPUMA, tornando o conglomerado localizado na Cidade Industrial do município, uma empresa eminentemente paranaense e araponguense.

Sala das Sessões, em 26.09.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

O fato de Arapongas ter se transformado no maior parque moveleiro do Paraná se

deve sem sombra de dúvida, além de ter se industrializado regionalmente, a coragem e empenho de seus empresários que orientaram suas atividades no sentido de apoiarem a criação da "Cidade Industrial" e investir numa política capaz de direcionar e incentivar a região a crescer.

Por isso nossas homenagens ao Presidente do Grupo econômico referido, Senhor João Siqueira Cardoso de Oliveira, excepcional empresário que em seu "curriculum" ostenta o cargo de ex-Presidente da Associação Comercial e Industrial de Arapongas.

REQUERIMENTO N° 2508

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo Votos de Congratulações à professora Márcia Carlota Muniz Barreto Tenório, primeira mulher a assumir a presidência da Sociedade Brasileira de Ortodontia.

Sala das Sessões, em 26.09.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Profissional do maior gabarito, a professora Márcia Carlota Muniz Barreto Tenório é docente da Universidade Federal do Paraná, do Curso de Odontologia e da Pós-Graduação em Ortodontia.

A sua condução à presidência da Sociedade Brasileira de Ortodontia, SBO, pela primeira vez na história da entidade, marca o reconhecimento do trabalho desenvolvido de forma exemplar, há anos, pelos profissionais do Paraná na área de ortodontia.

REQUERIMENTO N° 2498

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a transcrição, nos Anais desta sessão, a Moção de Aplauso ao Senhor Samuel Guimarães da Costa que assumiu a cadeira n° 20 na Academia Paranaense de Letras.

Sala das Sessões, em 26.09.91.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Nascido em Paranaguá, o jornalista e escritor Samuel Guimarães da Costa registrou ao longo de sua brilhante carreira inúmeros trabalhos na área literária e jornalística. Além de já agraciado com o título de Cidadão Benemérito do Paraná, Samuel Guimarães da Costa agora é laureado pela Academia Paranaense de Letras para ocupar a cadeira n° 20, cujo Patrono é Albino Silva, Fundador José Niepce da Silva, primeiro ocupante Cyro Silva e segundo ocupante Francisco Pereira da Silva, fa-

zendo juiz a este merecido título.

REQUERIMENTO N° 2505

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Delegado Regional do IBAMA do Paraná, Senhor Melquíades da Silva, e ao Presidente do I.T.C.F., o Senhor Vitório Sorotiuk, que seja autorizada a abertura do Canal na ilha das Peças, dentro da área do Parque Nacional do Superagui.

Sala das Sessões, em 26.09.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os pescadores da Colônia do Superagui, enfrentam sérias dificuldades para vender os seus produtos em Paranaguá e sobretudo em casos de necessidade de assistência médica naquela cidade.

Por problemas de assoreamento, os pescadores daquela ilha são obrigados a fazer um trajeto muito mais longo, que dependendo da embarcação aumenta em até quatro horas a viagem.

Ou então, em suas precárias embarcações, sair pelo mar aberto o que causa sérios riscos de vida e já foram registrados acidentes.

A abertura de um canal, de apenas 800 metros, ao se considerar a extensão da ilha, não causará danos ambientais mas por outro lado vai solucionar sérios problemas sociais e dará maior segurança para os pescadores de Superagui, maior parte deles nativos daquela localidade.

REQUERIMENTO N° 2499

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Expediente ao Senhor Stênio Sales Jacob, Diretor Presidente da SANEPAR, visando a construção de 2 (dois) poços artesianos.

1 (UM) na localidade de Novo Mundo - Linha Vitória- Pato Branco (PR).

1 (UM) na localidade de Cerro Azul - Pato Branco (PR).

Sala das Sessões, em 26.09.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

As localidades acima mencionadas necessitam urgentemente dos poços artesianos.

São comunidades trabalhadoras nas quais a atividade principal é a lavoura de produtos diversificados e que necessitam de água potável para poder desenvolver suas atividades adequadamente.

Finalizamos certos do apoio a este requerimento por parte de seu destina-

tário, bem como da parte dos nobres Pares.

REQUERIMENTO N° 2500

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Misan Pereira Almeida, objetivando a liberação de verbas para o término da construção do Hemocentro de Pato Branco- Pr..

Sala das Sessões, em 26.09.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O término da construção do Hemocentro de Pato Branco (PR) constituir-se-ia em evento da maior importância para toda a região Sudoeste do Estado.

Pato Branco, uma das maiores cidades da região, há muito tempo aguarda ansiosamente a conclusão desta obra, a qual já teve início, e que foi inexplicavelmente paralisada, fato que está provocando a sua deteriorização numa época em que o dinheiro público é tão escasso e necessário.

Pelos motivos acima expostos, estamos certos do apoio dos nobres colegas ao presente requerimento.

REQUERIMENTO N° 2501

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Expediente ao Senhor Elias Abrahão, objetivando a construção de 1 (uma) Cancha de Esportes na Escola de ensino de 1° e 2° Graus, da localidade de Bom Sucesso - Pato Branco-Pr.

Sala das Sessões, em 26.09.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Os alunos da única Escola da localidade de Bom Sucesso estão necessitando urgentemente de um local adequado para a prática de esportes.

A Escola é a única opção dos estudantes nesta localidade e a construção da cancha seria de fundamental importância para o seu aprimoramento físico e mental, pois são evidentes os benefícios que a prática de esportes proporcionam à saúde de uma maneira geral.

Finalizamos certos da especial atenção do Senhor Secretário de Estado, bem como do apoio dos nobres Pares ao presente requerimento.

REQUERIMENTO N° 2506

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ex-

celentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, expediente solicitando a construção de prédio para a cadeia pública do Distrito de Cafetal, Município de IPORA.

Sala das Sessões, em 26/09/91.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o Distrito de Cafetal não possui ainda prédio destinado à Cadeia Pública, fato que vem trazendo sérios problemas às autoridades encarregadas da manutenção da Ordem do Distrito, pois não dispõe de local adequado ao recolhimento daqueles que perturbam a ordem pública e a comunidade.

Por ser de ímpar importância o solicitado à população, é que trago tal apreciação aos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 2507

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, expediente solicitando a complementação dos equipamentos do IML de Umuarama.

Sala das Sessões, em 26/09/91

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão apresentada, tendo em vista que o IML de Umuarama não está totalmente equipado para o pleno exercício de suas específicas funções, como a realização de todos os tipos de exames, solicitando assim a complementação dos equipamentos no referido Instituto.

Por ser de ímpar importância o solicitado à comunidade, é que trago tal apreciação aos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 2509

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná à Secretaria de Educação, solicitando providências para a recuperação do imóvel que abriga a Escola Estadual La Salle, Ens. de 1° Grau, nesta Capital.

Que do teor do presente dê-se Ciência à Direção e à Associação de Pais e Mestres da escola em questão.

Sala das Sessões, em 26/09/91

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual La Salle, Ens. de 1° Grau, funciona desde 11 de março de 1974,

em prédio alugado, de propriedade de terceiros, construído e inaugurado em 10 de março de 1974.

O contrato de locação, redigido pelo departamento jurídico da SEED, em sua cláusula 3ª, atribui ao Estado a responsabilidade da conservação e recuperação periódica daquele patrimônio escolar, o que aliás é de praxe em qualquer locação.

Já no 18° ano de ocupação, o Governo do Estado nunca cumpriu tal responsabilidade.

O locador, tendo em vista o oferecimento aos alunos de um ambiente educativo saudável, reinvestiu todo o valor locativo e muito mais, sendo secundada, também, pela APM, na conservação do prédio escolar. E o fez até 31/12/89.

Dado o descaso do Governo do Estado em não cumprir a cláusula contratual específica, o locador denunciou o contrato em 20/10/88, pelo ofício n° 50/88, e só aceitou a renovação da locação ante a insistente promessa da SEED em promover a recuperação e manutenção pretendida.

Como persistisse o descumprimento da cláusula contratual, o locador oficiou ao Governador do Estado, em 22 de janeiro de 1990 (e o Governador ao Secretário da Educação, em 12/03/90), insistindo na conservação do patrimônio escolar e reiterando a denúncia do Contrato de Locação.

Nenhuma providência efetiva foi tomada.

Novas gestões foram feitas junto ao DECOM e à FUNDEPAR, que apenas afirmam o que todos já sabiam: a necessidade das reformas.

Com o líquido e certo direito do locador de rescindir o contrato por descumprimento unilateral do Governo, vislumbra-se a expectativa da escola vir a ser fechada, por falta de espaço físico para seu funcionamento.

Diante dessa iminente ameaça à população usuária do estabelecimento, confiamos nas enérgicas medidas do senhor Secretário da Educação, visando o cumprimento da responsabilidade do Estado do Paraná no contrato para locação do imóvel que abriga a Escola La Salle.

REQUERIMENTO N° 2510

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo ao Departamento de Trânsito do Paraná, DETRAN, solicitando estudo e providências para regularização de carretas porta-container.

Sala das Sessões, em 26/09/91

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Inúmeros caminhoneiros que conduzem carretas "porta-container", no Estado do Paraná, vêm atravessando uma série de problemas, diante das exigências da Polícia Rodoviária, por instrução do DETRAN.

Ocorre que, para portar "container", a carreta deve ser equipada com uma trava de segurança e o DETRAN reconhece o serviço executado por uma única empresa. Entretanto, outras empresas prestam o mesmo serviço, com custo consideravelmente inferior.

Apesar disso, quando abordados nas estradas, os contêineres são multados porque essas travas não são aceitas pela Polícia Rodoviária, segundo informações, por orientação do DETRAN.

Essa situação não pode perdurar, porque já é muito elevado o número de carretas com situação irregular, uma vez que é natural que os seus proprietários procurem os serviços com um custo mais barato.

Não se propõe que sejam aceitos tais serviços indiscriminadamente, mas que o DETRAN ofereça, aos contêineres, pelo menos uma alternativa, em relação à empresa que hoje monopoliza a instalação das travas.

REQUERIMENTO N° 2517-A

Senhor Presidente

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário Especial do Esporte e Turismo, expediente solicitando a cobertura da cancha de esportes do colégio Estadual de IPORÁ.

Sala das Sessões, em 26/10/91

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão apresentada, tendo em vista o elevado número de alunos do referido Colégio que se utilizam diariamente de sua única cancha de esportes na prática das mais variadas atividades esportivas e considerando a impossibilidade e viabilidade de sua utilização nos dias de chuva e em dias de elevada temperatura, a fim de que não venha a ocorrer interrupção na formação do jovens. Por esses motivos é que solicitamos a cobertura da cancha de esportes do Colégio Estadual de IPORÁ.

Por ser de ímpar importância o solicitado à população, é que trago tal apreciação aos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 2520

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas, REQUEREM, após ouvido o Plenário,

Curitiba, quinta, em 26.09.91

rio, o envio de fax aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Ministro da Economia, Ministro da Infra-Estrutura, Presidente do BNDES, Presidente de ambas as Casas do congresso Nacional e aos respectivos líderes de bancadas partidárias, manifestando a posição deste Poder Legislativo e, por consequência, do povo do Paraná, contrária à privatização da Usiminas em cujo processo vem insistindo o Governo Federal.

Sala das Sessões, em 26/09/91

(aa) ERNANI PUDELL, DOUTOR ROSINHA E
OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

O patrimônio nacional deve merecer de nós todos o mais elevado empenho no sentido de vê-lo defendido. E, dentre nosso patrimônio - dizemos nosso, pois pertence ao povo brasileiro encontra-se a USIMINAS, usina siderúrgica construída e consolidada com o empenho do nosso povo, através do investimento público.

Integrante do setor estratégico da indústria nacional, a privatização da Usiminas significará praticamente desarmar o País nesse setor, deixando-o à mercê dos interesses internacionais, que é quem fatalmente passará a deter a posse da siderúrgica mais rentável do País.

Afora estes aspectos, o governo praticamente fará um presente da Usiminas, posto que, avaliada em aproximadamente 9 (nove) bilhões de dólares, está a venda pela importância de 1 (um) bilhão de dólares.

Estes os fatores que nos levam a pedir deste Legislativo o pronunciamento contra a privatização da Usiminas, que, na verdade, apenas se somará ao que defende o conjunto da sociedade brasileira.

REQUERIMENTO N° 2511

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de Pedido de Informações à Secretaria de Estado da Indústria & Comércio e Ciência & Tecnologia, nos seguintes termos:

I - Existe projeto na Secretaria visando a recuperação do prédio que abriga a Escola de Música e Belas Artes do Paraná, EMBAP, localizado na Rua Emiliano Perneta, 179, nesta Capital?

- Em caso afirmativo:

I.1 - Quais os reparos a serem feitos?

I.2 - Qual o valor de tal obra e qual a fonte de recursos para cobrir as despesas?

I.3 - Qual o prazo para realização das reformas e qual a previsão de início das obras?

II - Existe proposta dessa Secretaria

ou é do seu conhecimento a mudança da sede da EMBAP para outro imóvel?

- Em caso afirmativo:

II.1 - Qual a justificativa?

II.2 - Quais as providências adotadas nesse sentido?

II.3 - Para quando está prevista a mudança e qual o caráter dela (definitivo, temporário - com definição de prazo)?

III - Qual o fim que se pretende dar ao imóvel que hoje abriga a EMBAP, na Rua Emiliano Perneta, 179, nesta Capital?

Sala das Sessões, 26.09.91.

(a) ALGACI TÚLIO

(a) JUSTIFICATIVA:

A Escola de Música e Belas Artes do Paraná, EMBAP, foi criada há 43 anos atrás. Funcionou, por três anos em prédio anexo à Escola Normal do Instituto de Educação do Paraná.

Em 1941, no Governo de Moysés Lupion, transferiu-se para a atual sede, na Rua Emiliano Perneta, nº 179, aqui em Curitiba.

Nesse prédio, a Escola de Música e Belas Artes desenvolveu magnífico trabalho visando a formação de muitas gerações para as áreas da música e das artes plásticas.

Alguns dos nomes exponenciais da cultura paranaense e brasileira estiveram estudando nos bancos da EMBAP.

Hoje, entretanto, há um clima de instabilidade na instituição, principalmente em decorrência de informações dando conta da proposta de aluguel de um outro imóvel para funcionamento da EMBAP.

Há muito tempo a comunidade da Escola cobra a necessidade de reformas e reparos para possibilitar o prosseguimento das atividades educativas.

Entretanto, temem os educadores - intimamente ligados à história da Escola - temem que após a transferência, o prédio não seja recuperado ou seja destinado para outros fins, que não são os originais.

Esta preocupação é redobrada pela extra-oficialidade dessas informações, razão pela qual recorremos ao presente Pedido de Informações.

REQUERIMENTO Nº 2517

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos anais da Casa, do texto intitulado "ANTES DO EMENDÃO", o "REMENDÃO" de autoria do Senador José Eduardo de Andrade Vieira.

Sala das Sessões, em 26.09.91.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

No momento difícil pelo qual está passando o povo brasileiro, pela primeira vez o povo do Paraná se faz ouvir através do

Senador José Eduardo de Andrade Vieira, que no texto "ANTES DO EMENDÃO" o "REMENDÃO", não faz apenas críticas mas apresenta soluções para os erros que estão se avolumando e levando ao descontrole total, tanto as finanças dos empregados como dos empregadores.

Como ser humano, o Senador José Eduardo de Andrade Vieira, sabe sentir as dificuldades que está atravessando o povo brasileiro; como Empresário bem sucedido, sabe avaliar onde se encontram os erros que estão levando o nosso País aos caos, e, é como Senador eleito pela maioria do povo paranaense e com convicção que reúne essas três faces de sua personalidade, para indicar soluções que resolverão o problema político-econômico-social, vivido pelo Brasil, vamos participar dessa grande tarefa, apoiando o Senador paranaense que tão bem nos representa na esfera Federal.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 434/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA ESCOLA DE MÚSICA E BELAS ARTES DO PARANÁ - ADEMBAP, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.09.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Docentes da Escola de Música e Belas Artes do Paraná - ADEMBAP, fundada na cidade de Curitiba, no dia 27 de junho de 1984, é pessoa jurídica de Direito Privado, de finalidades não lucrativas.

Dentre outros objetivos, a ADEMBAP orienta sua atuação visando congregação, representar e defender os interesses dos integrantes do Corpo Docente da EMBAP e, conseqüentemente, do ensino oficial da música e das artes plásticas no Paraná.

Considerando que em seus mais de sete anos de existência a ADEMBAP vem cumprindo esses objetivos de forma incorrigível, e que atende a todos os requisitos previstos na Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, submetemos ao colendo Plenário esta Proposição, visando reconhecê-la como de utilidade pública.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

No pequeno expediente, não há oradores inscritos.

No Grande Expediente com a palavra o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

AUSENTE.

Horário das Lideranças.

PFL com a palavra.

DECLINA.

PDT.

DECLINA.

PRN.

Deputado Luiz Carlos Alborghetti com a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fiquei estarelecido hoje com um manifesto que está sendo distribuído pela Cidade que dentro dos Correios e Telégrafos um cidadão está prostituindo crianças para a prática do homossexualismo. É de se estareecer o que eu vi, o que eu li.

Eu acho, recordando ontem o Deputado Colombino, não se trata do cidadão que V.Exa. disse ontem -, mas de um cidadão que veio de Minas Gerais para cá e assumiu a direção do Correio da Capital, conforme o Deputado Rosinha falou ontem aqui. Confesso, não prestei muita atenção no depoimento do Deputado Rosinha. Mas alguma coisa captei e mandei averiguar. É pior do que se possa imaginar, Senhor Deputado José Tavares. O homossexualismo e a sedução de menores dentro dos Correios na Capital do Estado. E por se tratar de um órgão federal, é claro que por aquilo que disse o Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, uma Comissão com esse manifesto em mãos deveria comparecer aos Correios e Telégrafos para ouvir de perto os menores que estão fazendo esta denúncia - se não me falha a memória no bairro do Xaxim.

Eu acho que por se tratar de um órgão federal é claro que a Assembléia Legislativa não deve interferir num órgão federal, a responsabilidade seria de uma comissão de Parlamentares e da Câmara Federal para averiguar "in loco".

Agora vejam bem senhores pais deste Parlamento - estou me dirigindo aos Senhores -, eu como pai e avô que sou acho uma estupidez o que trata o manifesto que está sendo distribuído em todo o Estado do Paraná. É uma violência grotesca, é uma violência sem tamanho, senhores pais.

O manifesto deste grupo traduz claramente que um cidadão que chefia os Correios e Telégrafos da Capital do Estado está induzindo crianças menores à prática do homossexualismo, ou vai ao seu apartamento para um programa homossexual, caso contrário este menor é afastado da reparação.

O manifesto é enorme, já chegou às mãos do Deputado Carlos Simões que já leu, eu li hoje, mostrei no meu programa de televisão e fiquei estarelecido com a afronta, com a violência deste panfleto que está circulando em todo o Estado do Paraná.

Acho que a Presidência desta Casa, De-

putado Anibal Khury, deveria formar uma Comissão nesta Casa dos Deputados do PMDB, do PL, do PTB, do próprio PRN, do PDT, e de outras bancadas políticas do PT, formassem uma Comissão, mas pegassem esse manifesto nas mãos e chegasse na frente desse diretor, do cidadão, o que é que está acontecendo aqui. Ou, encaminhar este manifesto à própria polícia, porque é brincadeira prostituir menores para a prática do homossexualismo, ou o menino vai para a prática do homossexualismo no apartamento do chefão, se ele não se submeter aos caprichos de ficar pelado, sentar no colo do cidadão, beijá-lo, então ele não vai trabalhar na sessão que lhe é determinada.

É brincadeira Deputado Tavares, não sei se V.Exa. recebeu esse Manifesto, mas eu vou mandar tirar uma fotocópia e vou encaminhar a V.Exa. que é Líder também do PMDB, para você ver o descalabro que está acontecendo neste País.

O SR. NELSON JUSTUS - Eu quero cumprimentar V.Exa. pelo alerta, até porque também recebi este mesmo manifesto, principalmente por ter utilizado a imprensa na semana que passou, criticando os serviços do Correios e Telégrafos aqui no Paraná.

Realmente, claro que nós não podemos afirmar nada aqui a respeito desse manifesto, que é de profunda gravidade conforme V.Exa. relata nesse instante.

O que nós podemos, evidentemente constatar, é que uma das poucas Instituições do Brasil que ainda possuíam credibilidade à exceção da família, uma das poucas Instituições ainda era o Correio e Telégrafos e infelizmente o nosso Correio aqui no Paraná o serviço de correio não está funcionando.

Infelizmente, nós não podemos constatar isso da maneira mais prática e mais fácil possível, basta que nós enviemos uma carta para nós mesmos, que nós vamos sentir o tempo que ela demora para chegar quando chega. É evidente que podem ser mencionados inúmeros fatores que levam a isso, a falta de equipamento, a falta de gente, a falta de condições. Mas a partir do momento que chega ao nosso conhecimento e chega ao conhecimento da Imprensa, manifestos desta natureza, eu acho que V.Exa. tem toda razão, esta Casa tem não só o direito, mas o dever de questionar o serviço de Correios e Telégrafos aqui do Paraná, para que se apure a veracidade dessas denúncias e principalmente o porquê do péssimo serviço e do desprestígio que essa Instituição vem merecendo dentro de nós hoje. Cumprimento V.Exa., e ontem se não me falha a memória, o próprio Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, se colocou à disposição para solicitar a presença do Diretor de Correios aqui nesta

Casa, na Comissão para que nós não tenhamos o interesse de apurar esses fatos que não nos caberiam, mas de questioná-lo, não só a respeito dessas denúncias mas como também do mau serviço, do mau atendimento que nós contribuintes, principalmente ligados ao Paraná estamos tendo.

O DR. ROSINHA (aparte) - Nobre Deputado, ontem usando da tribuna nós colocamos esses fatos e deixamos de relatar algumas coisas, que diz respeito à qualidade do serviço prestado. A não contratação de adulto para executar o serviço e adultos treinados é o que levou ao péssimo atendimento dos Correios.

As denúncias já chegaram, inclusive ontem, de que existe malote, no Porto de Paranaguá, já há 2 meses, e ninguém foi lá para buscar. Aí veja o que chega a atrasar toda a correspondência.

A orientação do Presidente desta Casa foi a de que os líderes partidários indicassem um membro de cada Partido para que pudessemos visitar a administração dos Correios e se for o caso visitar também esta pessoa que está sendo denunciada de aliciamento de menores. Eu acho que esta Comissão não tem poder de polícia, mas tem um poder político muito grande de ir constatar e se o fato for real se somar aos dirigentes sindicais que vieram a público denunciar e cobrar da Justiça que tome uma posição clara e correta na defesa do Código do Menor e do Adolescente.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Eu gostaria, só para encerrar, Sr. Presidente, pedir ao Deputado Colombino, meu tempo já encerrou...

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Vossa Excelência poderá usar o horário do PL.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Então eu gostaria de pedir ao Deputado Colombino Grassano, e antes de fazer o apelo eu dou o aparte a Vossa Excelência.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Sr. Deputado, eu, ao me manifestar ontem a respeito do que está ocorrendo nos Correios e Telégrafos, é porque eu tive o cuidado, ao receber o manifesto, de entrar em contato com o Sr. Diretor regional. Em primeiro lugar porque na primeira oportunidade que eu tive de conversar com Sua Excelência ele me tratou muito bem ao atender as reivindicações de Arapongas para melhoria dos serviços de Correios e Telégrafos da nossa cidade, para aumentar o número de estafetas, para instalar um sistema de FAX nos Correios de Arapongas, para melhorar as condições dos usuários do prédio e também para fazer uma reforma total no prédio dos

Correios do meu Município.

Eu devo dizer a Vossa Excelência que fui muito bem tratado, os assuntos de que tratei estão sendo todos resolvidos no Município de Arapongas. Então isso me deu a liberdade de consultá-lo, anteontem, para saber sobre estas contratações, foram as informações que eu prestei ao Deputado Dr. Rosinha. Sem contudo dizer que assumia inteira responsabilidade pelos atos praticados pelo Sr. Diretor regional. De forma alguma! Eu apenas me vali da oportunidade que ele me deu para conhecê-lo, fui muito bem tratado, o que me possibilitou pedir estas informações. Também retornei a Sua Excelência ontem, após a sessão, dizendo que seria de bom alvitre, que ele recebesse uma Comissão da Assembleia Legislativa, para debater conosco e nos explicar o que realmente está acontecendo.

Eu não estou aqui referendando e nem assumindo a responsabilidade pelos atos praticados pelo Sr. Diretor dos Correios e Telégrafos, pelo contrário, eu estou inteiramente solidário com Vossa Excelência, não aceito este tipo de trabalho e de comportamento, dentro de um repartição pública, mas defendo, Sr. Deputado, defendo arduamente o direito de que menores de 16 até 18 anos possam trabalhar nas repartições públicas. No meu Município nós temos uma verdadeira escola de marcenaria aproveitando os menores da cidade, preparando mão-de-obra, para que eles possam ser, amanhã bons funcionários da indústria moveleira do meu Município.

Era esse o esclarecimento que eu tinha que dar a Vossa Excelência.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Para encerrar e agradecer o horário que Vossa Excelência me cedeu, do PL, eu gostaria que quando Vossa Excelência convocar alguém dos Correios para que compareça a esta Casa eu gostaria de estar presente, com este manifesto nas mãos, porque o manifesto é pesado, muito pesado, aonde trata do homossexualismo dentro desta repartição. E se realmente houver homossexualismo dentro desta repartição eu acho que esta Casa tem que erguer a sua voz e fazer uma queixa-crime na Delegacia de Polícia de Proteção ao Menor da Capital.

Era esse o meu apelo a Vossa Excelência, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e o meu apelo ao Deputado Anibal Khury, Presidente desta Casa, Deputado Algaci Túlio aos Srs. Pais e Parlamentares desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Liderança do PSDB.
(Declina)

PMDB.

(Declina)

PTB.

(Declina)

PSB.

(Declina)

PT.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 254/91, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, modifica a Resolução nº 101 publicada no D.O.E. 3435 de 22/01/91, que autoriza a realização do plebiscito no Distrito de Tamarana, a ser desmembrado do Município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 175/91, de autoria do Deputado Toti Colaço, autoriza o Poder Executivo a redução do ICMS concernente à farinha de milho, de 17% para 12%. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 52, de 13.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 175/91

PARECER:

Ao Projeto de Lei nº 175/91 - Autoriza o Poder Executivo a redução do ICMS concernente à farinha de milho, de 17% para 12%.

Sob nossa análise o Projeto de Lei supra ementado, de autoria do Deputado Toti Colaço, que objetiva a redução da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS relativa à farinha de milho de 17% para 12%.

Em sua justificativa, argumenta o proponente que, adotada a medida, "... cairá sensivelmente o custo final do produto, com a farinha de milho chegando a preços mais compatíveis, cuja margem então oferecerá uma melhor possibilidade na sua utilização como integrante da cesta básica alimentar".

Sob o aspecto jurídico, a Constituição da República assevera ser vedado à União,

Curitiba, quinta, em 26.09.91

aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios "exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça" (Art. 150, I). A recíproca é verdadeira tornando-se imprescindível a exigência de lei que disponha sobre a redução de alíquota.

A matéria, também, não encontra-se no rol das leis de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, elencadas no artigo 66 da Constituição do Estado.

Neste sentido, aliado ao alcance social da medida e considerando-se o fato de ser o presente Projeto de Lei meramente autorizatório, manifestamos nosso Parecer favorável à sua apreciação em Plenário.

Sala das Comissões, em 06.08.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 175/91

PARECER:

Ao Projeto de Lei nº 175/91 - Autoriza o Poder Executivo a redução do ICMS concernente à farinha de milho, de 17% para 12%.

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Toti Colaço, propondo a redução da alíquota do ICMS, na comercialização da farinha de milho, no Estado, foi analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, tendo recebido parecer favorável, diante da sua legitimidade e legalidade.

Sob a análise da Comissão de Finanças, verificamos além do seu oportunismo, diante das atuais circunstâncias econômicas que estamos atravessando, o alcance social abrangente, encontra ainda a proposta amparo legal no artigo 33, parágrafo 3º, quando respalda apreciação de matérias que referem-se a aspectos econômicos e financeiros do Estado.

Diante da análise, somos de parecer favorável a aprovação da presente proposta.

Sala das Comissões, em 14.08.91

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA

PROJETO DE LEI Nº 175/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Antônio Toti Colaço Vaz chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que autoriza o Poder Executivo a redução do ICMS concernente à farinha de milho, de 17% para 12%.

Chamada para manifestar-se a Douta Comissão de Constituição e Justiça emitiu

parecer favorável, encaminhando a matéria para apreciação em Plenário, ressaltando o caráter meramente autoritativo do referido Projeto.

Tendo em vista o grande alcance social que a redução da alíquota do ICMS para o produto mencionado trará para os pequenos e médios agricultores do Paraná, manifestamos nosso parecer favorável ao projeto em discussão.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.09.91

(aa) SEVERINO FELIX

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

Em votação.

O SR. TOTI COLAÇO - Para encaminhar Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Para encaminhar tem a palavra o autor do Projeto.

O SR. TOTI COLAÇO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Projeto de Lei de nossa autoria, 175/91, tem por finalidade reduzir a alíquota do imposto ICMS do produto farinha de milho de 17% para 12%. Muito embora tenhamos conhecimento que estamos arranhando, esbarrando um pouco aí na nossa Constituição, mas tem por finalidade este Projeto de Lei, primeiramente no sentido de que no Estado do Paraná as indústrias, as pequenas indústrias da produção de farinha de milho, são pequenas indústrias e, a sua grande maioria os seus proprietários são famílias tradicionais do nosso Estado, a sua grande maioria que vieram da Itália há muitos e longos anos atrás.

As indústrias coloniais, eu poderia dizer assim, do produto farinha de milho, elas estão esparramadas em diversos Municípios do nosso Estado, notadamente na região Centro-Sul, que é a região a qual represento, e lá temos inúmeras pequenas indústrias no Município de Irati, Rebouças, Rio Azul, enfim, em toda a nossa região, que são pequenos proprietários industriais que estão produzindo a nossa farinha de milho. Mas o objetivo maior da redução da alíquota é pelo fato de que a farinha de milho faz parte da cesta básica do nosso trabalhador, faz parte inclusive da merenda escolar das nossas crianças aqui no nosso Estado; e a sua redução de 17 para 12%, muito pouco afetaria na arredação do Estado e dos Municípios. Desta feita, a nossa Assembleia Legislativa do Estado do Paraná estaria dando duas contribuições ao Estado do Paraná, primeiro que iria baratear o custo deste produto aos nossos operários, aos nossos trabalhadores e também

ao próprio Estado, no momento da aquisição desses produtos, que faz parte da merenda escolar também iria comprar por um preço menor; e por último, os nossos pequenos industriais estariam também se beneficiando desta diferença, mesmo porque outros produtos que compõem a cesta básica já tem a alíquota de 12%. Então, desta feita, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, espero é claro que Vossas Excelências possam neste instante nos dar o apoio necessário para a aprovação deste Projeto de Lei, não somente em benefício da nossa região, mas de todo o Estado do Paraná, mas principalmente em benefício dos nossos trabalhadores que vão receber na mesa um produto num preço reduzido. Por isso, Senhor Presidente, gostaria imensamente que ele pudesse ser aprovado por unanimidade dos Parlamentares nesta Casa.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Em votação o Projeto 175/91.

Senhores Deputados que aprovam permanecem como estão.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/91, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, autoriza o Poder Executivo a conceder estímulos creditícios e benefícios fiscais a empresas. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J. e FAVORÁVEIS da C.F. e C.A.I.C., por unanimidade. (Public. no D.A. nº 54, de 16.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 185/91

PARECER:

A matéria legislativa em exame, de autoria do Excentíssimo Senhor Deputado Valdir Rossoni, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo Estadual a conceder estímulos creditícios e benefícios fiscais, na base de 50% (cinquenta por cento) do valor do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - C.C.M.S., às empresas que se instalarem em Municípios com população urbana inferior a 10.000 (dez mil) habitantes.

Analisado o Projeto de Lei em tela, constatamos que seu objeto é inconstitucional, pois tenciona dar tratamento desigual e discriminatório a empresas, ressaltando que a apregoada isenção fiscal configura privilégio a umas em detrimento a outras empresas.

Nestas condições, sob a luz do Princípio Constitucional da Legalidade, com fundamentos nos incisos VI e XII alínea "g", do artigo 155, da Constituição da República Federativa do Brasil, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer CONTRÁRIO, opinando pela REJEIÇÃO do presente

Projeto de Lei.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

COMISSÃO DAS FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 185/91

PROTOCOLO: n° 4568/91

AUTOR: Deputado Valdir Rossoni

SÚMULA: "Altera a redação do art. 10 da Lei n° 8933 de 26/01/89, conforme especifica"

P A R E C E R:

O Plano de Lei, em análise, é de grande relevância econômica e de ordem social.

A matéria legislativa em exame, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Valdir Rossoni, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo Estadual a conceder estímulos creditícios e benefícios fiscais, na base de 50% (cinquenta por cento) do valor do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - I.C.M.S., às empresas que se instalarem em Municípios com população urbana inferior a 10.000 (dez mil) habitantes.

A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer contrário.

DISCIPLINA DA MATÉRIA.

A Constituição Federal, na letra g, inciso XII, do art. 155, estabelece o seguinte:

"Art. 155 - Compete aos Estados...

XII - Cabe a Lei Complementar:

g) - Regulamentar a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos ou revogados).

A Lei Complementar n° 24/75 foi recepcionada pelo novo regime, estatuinto:

ART. 1°...

IV - A quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiros-fiscais, concedidos com base no imposto de circulação de mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus.

A matéria, portanto, circunscreve-se ao CONFAZ.

A preocupação, não há como negar, é de evitar conflitos entre os Estados - membros da Federação.

Somos pela apreciação do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.08.91

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

Curitiba, quinta, em 26.09.91

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E

COMÉRCIO

PROJETO DE LEI N° 185/91

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, visa autorizar o Poder Executivo a conceder estímulos creditícios e benefícios fiscais, na base de 50% do valor do ICMS às empresas que se instalarem em Municípios com população urbana inferior a dez mil habitantes, no período de 1° de setembro de 1991 a 31 de setembro de 1994.

Chamada a opinar no aspecto legal e constitucional da matéria a Comissão de Constituição e Justiça deu parecer contrário, entendendo ser ela inconstitucional, por ferir o Princípio da Isonomia, pois intenciona dar tratamento desigual e discriminatório às empresas, em detrimento das outras.

A Comissão de Finanças posicionou-se pela apreciação em Plenário.

Esta Comissão, a qual compete se manifestar sobre proposições relativas à agricultura, pecuária, caça, pesca, flora e solo, defesa animal e vegetal, irrigação e insumos sobre proposições industriais e comerciais e sobre subvenções e favores a quaisquer dessas atividades - § 5°, art. 33, do Regimento Interno - posiciona-se, igualmente, pela apreciação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.09.91

(aa) SEVERINO FÉLIX

Presidente

ALBINO CORAZZA

Relator

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 10 (dez) sessões. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 185/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 264/91, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ALTÔNIA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. n° 77, de 25.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 264/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, retorna a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que objetiva declarar de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Altônia.

Tendo sido cumprida a exigência feita em parecer anterior de autoria desta Co-

missão, e verificadas as demais normas legais e constitucionais, nada tenho a opor quanto à tramitação do presente projeto, opinando favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.09.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 315/91, de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ALCOÓLATRA, com sede e foro na Cidade de Assaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. nº 90, de 06.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 315/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, visa o presente Plano de Lei declarar de utilidade pública a Associação de Recuperação do Alcoólatra, com sede e foro na cidade de Assaí.

Encontra-se o Projeto instruído com as peças exigidas pela legislação própria, ou seja, a Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para a declaração de Utilidade Pública Estadual, inexistindo, assim, óbice de natureza legal à sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do Projeto de Lei em tela, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/91, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, declara de Utilidade Pública a AMUPS - ASSOCIAÇÃO DE MICROUNIDADES DE PRODUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. nº 94, de 12.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 326/91

P A R E C E R:

AUTOR: Deputado Neivo Beraldin

SÚMULA: Declara de utilidade pública a AMUPS-Associação de Microunidades de Produção e Prestação de Serviços de Curitiba e Região Metropolitana.

O Plano de Lei, em espécie, pretende seja declarada de utilidade pública a Associação de Microunidades de Produção e Prestação de Serviços de Curitiba e Região Metropolitana-AMUPS.

A proposição cumpre todos os preceitos contidos na Lei nº 6.994, através dos documentos acostados a fls. 03, usque fls. 22. Assim, cumprindo as exigências normais, sem quaisquer óbices constitucionais, legais ou regimentais, opinamos favoravelmente à aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 337/91, de autoria do Deputado JOSÉ TAVARES, que denomina de Rodovia José Manoel de Almeida, o trecho rodoviário entre Bela Vista do Paraíso e Sertãoópolis, ainda não nominado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 95, de 13.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 337/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado José Tavares, chega a esta Comissão, o Projeto de Lei em epígrafe, que objetiva denominar de "Rodovia José Manoel Almeida" o trecho rodoviário entre Bela Vista do Paraíso e Sertãoópolis, o qual ainda não foi nominado.

O Projeto está elaborado em conformidade com o Regimento Interno desta Casa de Leis, estando devidamente justificado.

Com relação ao mérito da denominação, não resta dúvida que José Manoel de Almeida, português de nascimento, mas paranaense de coração, foi uma figura das mais expressivas para o desenvolvimento do Norte do Paraná, tendo contribuído decisivamente para a implantação da estrada ligando a então Vila Sertãoópolis ao Cerne.

Além de desbravador, montou uma escola noturna para a alfabetização de adultos, em sua própria casa.

Assim, por não existirem impedimentos de ordem regimental ou legal, somos favoráveis à tramitação do presente projeto.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 337/91

Autor: José Tavares

I - O ilustre Parlamentar propõe o Projeto de Lei que visa denominar de "Rodovia José Manoel Almeida" o trecho rodoviário entre Bela Vista do Paraíso e Sertãoópolis.

II - Analisando a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com o Regimento Interno desta Casa de Leis.

III - Assim sendo, este Relator não encontra óbice constitucional, legal ou regimental para o trâmite nesta Casa de Leis.

Parecer FAVORÁVEL.

Pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 12.09.91.

(aa) TOTI COLAÇO

Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 383/91, de autoria da Deputada EMÍLIA BELINATI, que declara de Utilidade Pública o INSTITUTO DOM BOSCO, com sede e foro na cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 106, de 29.08.91.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 383/91

PARECER:

De autoria da Deputada Emília Belinati, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública o INSTITUTO DOM BOSCO, com sede e foro na cidade de Londrina.

Encontra-se o Projeto instruído com as peças exigidas pela legislação própria, ou seja, a Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para a declaração de Utilidade Pública, inexistindo assim, óbice de natureza legal à sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do Plano de Lei em tela, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 384/91, de autoria do Deputado COLOMBINO GRASSANO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO CASA DO MENOR DE ORTIGUEIRA, com sede e foro na cidade de Ortigueira,

Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 107, de 02.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 384/91

PARECER:

De autoria do Deputado Colombino Grassano, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO CASA DO MENOR DE ORTIGUEIRA, com sede e foro na cidade de Ortigueira.

Encontra-se o Projeto instruído com as peças exigidas pela legislação própria, ou seja, a Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para a declaração de Utilidade Pública, inexistindo assim, óbice de natureza legal à sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 384/91, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/91, de autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor IVO THOMAZONI. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 107, de 02.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 385/91

PARECER:

Trata-se de projeto de lei de autoria do companheiro Carlos Simões, e que propõe conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao doutor Ivo Thomazoni.

Figura ilustre, nascida em Itaóba, SC, mas com larga e conhecida folha de serviços prestados à nossa comunidade, inclusive com honrosa e exemplar passagem por esta Casa, que presidiu durante alguns anos.

A proposta é justa, legítima e meritória, além de contemplar todos os requisitos exigidos em lei.

Opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº

053/91. de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Marquinho, desmembrado do município de Cantagalo, com sede na mesma localidade e com as dividas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 114, de 12.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 53/91

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Orlando Pessuti, visa o presente Projeto de Resolução autorizar a realização de plebiscito, para que a população decida sobre a criação do município de Marquinho, a ser desmembrado do município de Cantagalo.

O projeto vem instruído com a representação a que se refere o § 2° do art. 19 da Constituição Estadual, subscrita por 171 eleitores do Distrito de Marquinho; mapas da área a ser desmembrada; documentos referentes às divisas e confrontações; bem como informação da Justiça Eleitoral, onde se constata a existência de 2986 eleitores na área abrangida pelo referido distrito.

Assim, não existindo obstáculos de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) - Sobre a mesa, requerimentos de n°s 2504, 2502, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2515, de autoria do Sr. Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2519, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2498, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2499, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos de n° 2500 e 2501, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2503, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DOUTOR ROSINHA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 2505, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2506 a 2517-A, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2508 a 2510, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2511, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 2520, de autoria dos Senhores Deputados Ermani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 2517, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 2486, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2500-A, 2518-A, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca de

Macedo, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2479, de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Solicitamos às lideranças do PSDB e PTB para indicação do membro que fará parte da comissão suprapartidária, porque na terça-feira, às dez horas, haverá sessão na sala das comissões para discutir a questão do BRDE.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Só para deixar esclarecido a este Plenário e parabenizarmos V.Exa. pela iniciativa de votos de congratulações a senhora Maria Cristina de Andrade Vieira que vem desempenhando um grande trabalho no sentido cultural perante o Estado do Paraná. Principalmente agora, quando da sua posse no Instituto de Organização Racional do Trabalho. Temos acompanhado pessoalmente, muitas vezes pela imprensa, o trabalho que vem desenvolvendo. É muito merecedora esta iniciativa de V.Exa. em favor da senhora Maria Cristina de Andrade Vieira.

Gostaria também de dizer que não negamos aprovação ao requerimento do Dr. Rosinha, Deputados Ernani Pudell e Ovídio Constantino, porque entendemos que discriminação política não se deve praticar em lugar nenhum. Este sempre foi o lema pelo qual pautamos o nosso trabalho e principalmente a legenda do PMDB e nesse sentido não podíamos negar apoio à Bancada do PT, quando identificam que um ato dessa natureza esteja sendo praticado num determinado lugar do Brasil, mais especificamente na Cidade de Janduí.

Por essa razão é que demos aprovação, reconhecendo o mérito do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Esta Presidência comunica que o Deputado Colombino Grassano está indicado para compor uma Comissão que deverá fazer uma visita ao Departamento de Correios e Telégrafos, esperando que os líderes dos partidos interessados nesta visita, em função da gravíssima denúncia que chegou a esta Casa e a toda imprensa.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Em nome da Bancada do PT que propôs à Comissão, nós gostaríamos que os líderes fi-

zessem a indicação até segunda-feira, para que na segunda a gente já pudesse marcar a audiência com o diretor da Empresa Correios e Telégrafos para podermos fazer cumprir essa tarefa na próxima semana. É uma solicitação aos demais líderes partidários.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Presidência cumprimenta a CPI Sobre A Terra que se reuniu desde às 8 horas de hoje até por volta das 14 horas, portanto parabenizando o esforço e a dedicação dos Senhores Parlamentares.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 173/91 e do Projeto de Resolução n° 045/91

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 175, 264, 315, 326, 337, 383 a 385/91, e do Projeto de Resolução n° 053/91

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 172 e 417 a 419/91 e do Projeto de Resolução n° 051/91

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO, EM SESSÃO DO DIA 26 DE SETEMBRO DE 1991.

"ANTES DO 'EMENDÃO' O 'REMENDÃO'"

Sen. José Eduardo de A. Vieira

Fala-se muito, no Brasil de hoje, em "ingovernabilidade". Na verdade, a palavra assustadora é muito usada, mas pouco explicada. Afinal, o que é "ingovernabilidade"?

Trata-se de uma situação específica de desordem pública e desobediência civil contumaz. Implica tiroteios constantes nas ruas, saques de supermercados, invasão indiscriminada e irracional de propriedades rurais, mandados judiciais descumpridos à risca, ordens de oficiais desobedecidas por soldados.

Infelizmente, o Brasil vive uma situação política, econômica e social muito difícil. Mas, felizmente, o País ainda não atingiu esse ponto crítico. E ainda é possível evitá-lo.

Dá mesma forma que a doença da moda é a "ingovernabilidade", o remédio em voga

tem sido o "entendimento". Todo mundo prega o acordo, quer o pacto nacional. Mas ninguém esclarece bem qual a justificativa de tal entendimento. Para que servirá o pacto entre os opostos? O grande acordo nacional, para sair da crise, passa por que estações, atende a que premissas fundamentais? O governo federal sonha fazer o pacto para reformar a Constituição, tendo como base sua proposta, já nacionalmente conhecida como o "emendão". É disso que o Brasil precisa? É assim que sairemos da crise? Certamente não.

Alguns protagonistas da cena nacional vêm a público garantir que um acordo bem amarrado de salários e preços é o primeiro degrau do chamado entendimento, do necessário pacto, do acordo indispensável. A experiência histórica nos mostra o quanto eles estão enganados. Há quantos anos o governo recorre à panaceia das tabelas? O que se conseguiu, até agora, com o arrocho salarial é o congelamento dos preços dos produtos no mercado? Nada!

É verdade que o Brasil precisa chegar a um acordo sobre a adequada política salarial. Essa política tem de remunerar o trabalhador com dignidade, mas não pode permitir que sejam reduzidas as possibilidades de investimento das empresas. É necessário que os brasileiros realmente se entendam sobre como é possível garantir as condições de vida digna do trabalhador sem comprometer o grande esforço nacional pela volta ao desenvolvimento econômico. Isso sim!

O entendimento nacional só será viável no momento em que o País inteiro for informado, devidamente, das verdadeiras causas do déficit público. Quando se tomar conhecimento de tais causas, então, será a hora de se encontrar as medidas adequadas para zerá-lo.

Os Estados federados, esses terão de pagar suas dívidas. Pode-se até discutir como tais dívidas serão pagas, mas é inadmissível esquecê-las. O Congresso Nacional, de seu lado, não pode mais autorizar as autoridades financeiras estaduais a emitirem papéis e títulos como artifício escuso para fugir adequado de exportações e importações, avaliando-se, com realismo, o custo da política comercial, tanto para os empresários quanto para os trabalhadores. O objetivo de tal política deve ser a garantia do abastecimento interno a custos adequados.

Mas, sobretudo, trabalhadores e empresários devem comparecer a esta Casa para discutir com seus representantes, os representantes do povo, o orçamento da União, cuja tramitação no Congresso Nacional foi iniciada na semana passada. Não podemos ter medo de desnudar o orçamento. Ao contrário, é nossa obrigação pôr a nu

mecanismos burocráticos que impedem a chegada dos recursos orçamentários da educação às escolas, da agricultura à roça, da saúde aos hospitais. E, também, eliminar os incentivos e subsídios, que não produzem riquezas, mas são, ao contrário disso, responsáveis apenas pelo desequilíbrio fiscal da União e pela concentração de renda, pois torna os ricos ainda mais ricos. O orçamento federal precisa ser discutido, não como moeda política para obtenção de vantagens de pessoas ou grupos, mas como um texto básico para a elaboração de uma política econômica consistente, capaz de fazer o País sair da crise.

Pois o orçamento é o documento fundamental de um possível acordo político nacional. O governo federal alega que o déficit orçamentário é impossível de ser evitado por causa da Constituição. Ora, a Constituição está aí para ser cumprida. Quem não partir desse pressuposto não pode ser definido como um autêntico democrata. Se os técnicos do governo estão certos, por que não deixam o déficit explícito no orçamento? Por que, então, o mascaram? Só se chegará ao entendimento - qualquer entendimento -, se o Congresso Nacional tiver uma ideia muito clara das dimensões do déficit. Até porque o déficit não é, necessariamente, uma tragédia nacional. Só se trata disso quando a autoridade não goza da credibilidade da sociedade que a instituiu.

É muito provável que o governo federal tenha razão, ao apontar distorções registradas na letra constitucional como causas do déficit. A aposentadoria integral de alguns privilegiados - ou seja, os servidores públicos, civis ou militares - é, certamente, uma delas. Mas uma reforma constitucional demanda tempo. E, também, seus eventuais efeitos benéficos sobre a situação econômica e financeira não serão imediatos. Enquanto isso, os brasileiros precisam sobreviver. Por isso, não convém ficar empurrando os problemas aparentemente menores com a barriga, na espera de que sejam solucionados os problemas maiores. É preciso encontrar soluções conjunturais para, depois, começar a discussão séria e consequente das estruturais. Em outras palavras, antes de se chegar ao entendimento, ao pacto, ao acordo sobre o "Emendão", proposto pelo governo federal, urge fazer um "Remendão" competente no orçamento encaminhado ao Congresso pelas autoridades econômicas.

Esse debate precisa ser feito em torno de temas bem concretos. É sensato, por exemplo, reconhecer a escassez de recursos.

Mas como admitir as verbas secretas da Secretaria às responsabilidades de uma gestão financeira minimamente competente? Os governadores perdulários e irresponsá-

veis não podem continuar tendo o apoio ir-restrito dos congressistas, que devem prestigiar, sim, aqueles que têm demonstrado sua capacidade na administração criativa de recursos escassos.

Para mim, qualquer acordo precisa passar por uma decisão clara, e sem subterfúgios, de qual deve ser a política agrícola adequada, para garantir o abastecimento interno. Enquanto o dinheiro para a agricultura for considerado um fator desestabilizador, por gerar o déficit e produzir a inflação, o povo morrerá de fome. O acordo precisa discutir a hipótese de parar de construir CIACs para se investir em produção de produtos primários. A prioridade é comida. A garantia de abastecimento interno é o primeiro obstáculo que os brasileiros decentes e responsáveis terão de antepor à possibilidade de se chegar a uma situação indesejável - e ainda evitável, creio eu - de "ingovernabilidade". Tal garantia só será obtida com uma política que assegure o aumento de produção agrícola a curto prazo. A médio prazo, ela produzirá efeitos, também, baixando os índices renitentes da elevação de preços e custos na economia, pela própria oferta dos produtos primários.

Outro ponto importante, a ser discutido no pacto, é a política monetária. As taxas de juros, por política intencional do governo, são mantidas em níveis muito elevados. É preciso encontrar mecanismos que as baixem. Da mesma forma, torna-se indispensável encontrar o nível de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e o dinheiro aplicado a rodo em projetos nucleares, se o Brasil ainda sofre de carências básicas, como a falta de alimentos à mesa do trabalhador, o déficit de leitos hospitalares e a ineficiência revoltante de um sistema educacional ineficiente ao extremo? Como admitir o constante reajuste das tarifas de serviços públicos para mascarar a má gestão e a baixa produtividade das empresas estatais, no exato momento em que se prega a transparência democrática, com uma convicção da qual não é mais possível arredar?

Em minha opinião, entendimento nacional, agora, é encontrar, como resultado de amplo e democrático debate nacional, o caminho de pagar a dívida externa sem exigir mais sacrifícios da classe trabalhadora. E, também, é ter uma ideia clara e definida de quais são as estatais que podem - e devem - ser privatizadas, imediatamente. Para que sejam mesmo privatizadas, sem mais delongas. Além disso, a sociedade precisa definir quais são as que podem ser adquiridas por investidores estrangeiros e aquelas, cuja venda será limitada apenas a empresas nacionais.

O primeiro ponto, portanto, parece-me

óbvio, é cuidar já do orçamento; apoiar a agricultura; entrar em acordo, internamente, sobre o pagamento da dívida externa e o enfrentamento do déficit público; encontrar o caminho certo para a privatização das estatais; e adotar adequadas políticas monetária e de comércio externo. Ou seja, o primeiro passo é se chegar a um acordo sobre o que precisa ser feito nesses pontos de estrangulamento da conjuntura, que é difícil.

O segundo é encontrar quem faça isso, e a melhor maneira de fazê-lo. É dever de Sua Excelência o Presidente da República nomear gente competente - e de credibilidade e respeitabilidade notória, publicamente - para realizar essa tarefa, que, certamente, não há de ser fácil. Esses gerentes, eficientes e honestos, precisarão, também, do apoio de empresários e trabalhadores. Tal apoio deverá ser explícito, para que as políticas de correção de rumos consigam êxito.

Para isso, Sua Excelência o Presidente Fernando Collor de Mello tem de vestir o manto da humildade e admitir que a República do Brasil é muito maior do que a República de Alagoas. A partir dessa conclusão óbvia, será inevitável dispensar os serviços de seus amigos mais íntimos, cuja atuação no núcleo decisório do poder republicano é um obstáculo indiscutível para a colaboração dos brasileiros que têm competência reconhecida e serão capazes de encontrar os caminhos mais adequados para sair da crise.

A "ingovernabilidade" ainda pode ser evitada. O Brasil precisa deixar de empurrar os problemas com a barriga e passar a enfrentá-los como eles devem ser enfrentados. A reforma ministerial e o fim da República de Alagoas são passos indispensáveis no rumo do reencontro com o desenvolvimento. Se o Chile já anda por esses caminhos, ao lado da Venezuela, da Bolívia, do México e do Paraguai; se a Argentina, também, parece estar trilhando essa via, segundo demonstra o resultado das últimas eleições no País amigo, por que o Brasil continua perdido dele? Precisamos sair dessa encruzilhada. Para isso, antes do "Emendão", vamos cuidar do "Remendão" do orçamento. Uma dose de realismo só nos fará bem!

Atas da Comissão de Constituição e Justiça:

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 11.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 22.08.91

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na sala de Reuniões das Comissões da

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: Cesar Silvestri, Nelson Justus, Alceu Swarowski, José Tavares, Plauto Guimarães, Ovídio Constantino, Antônio Costenaro Neto, Emília Belinati. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, passando-se à Ordem do Dia. Colocou a Ata do dia treze de agosto em discussão e votação - APROVADA. 1) Projeto de Resolução n° 38/91 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO. 2) Projeto de Resolução n° 39/91, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO. 3) Projeto de Lei n° 315/91, de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa. O Deputado Relator, Mario Bezerra, requer diligência junto ao órgão competente - DEFERIDO. 4) Projeto de Lei n° 261/91, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mario Bezerra - APROVADO. 5) Projeto de Lei n° 299/91, de autoria do Deputado João Arruda. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mario Bezerra - APROVADO. 6) Projeto de Resolução n° 40/91, de autoria do Deputado João Arruda. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mario Bezerra - APROVADO. 7) Projeto de Lei n° 290/91, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO. 8) Projeto de Lei n° 292/91, de autoria do Deputado Antônio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO. 9) Projeto de Lei n° 305/91, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO. 10) Projeto de Lei n° 319/91, de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO. 11) Projeto de Lei n° 133/91 de autoria do Deputado Edson Silva Lino. Relator Luiz Carlos Martins, requer diligência junto ao autor - DEFERIDO. 12) Projeto de Lei n° 328/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Afonso Júnior - APROVADO. 13) Projeto de Lei n° 330/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Afonso Júnior - APROVADO. 14) Projeto de Lei n° 303/91, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Afonso Júnior - APROVADO. 15) Projeto de Lei n° 361/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO. 16) Proposição Veto n° 40/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Projeto vetado de n° 86/91. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO. 17) Projeto de Lei n° 320/91 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APRO-

VADO. 18) Projeto de Lei n° 336/91, de autoria do Deputado Eurides Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO. 19) Projeto de Lei n° 329/91, do Poder Executivo - Mensagem n° 57/91. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO. 20) Projeto de Lei n° 314/91, de autoria do Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO. 21) Projeto de Lei n° 308/91, de autoria do Deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO. 22) Projeto de Lei n° 052/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ovídio Constantino - APROVADO. 23) Projeto de Lei n° 300/91, de autoria do Deputado João Arruda. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ovídio Constantino - APROVADO. 24) Projeto de Lei n° 317/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ovídio Constantino - APROVADO. 25) Projeto de Lei n° 340/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ovídio Constantino - APROVADO. 26) Projeto de Lei n° 230/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ovídio Constantino - APROVADO. 27) Proposição Veto n° 41/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ovídio Constantino - APROVADO. 28) Projeto de Lei n° 301/91, de autoria do Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO. 29) Projeto de Lei n° 307/91, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO. 30) Projeto de Lei n° 306/91, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emília Belinati - APROVADO. 31) Projeto de Lei n° 302/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. O Deputado Relator, Rafael Greca de Macedo, requer diligência junto ao autor - DEFERIDA. 32) Projeto de Lei n° 318/91. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emília Belinati - APROVADO. (Projeto de autoria do Deputado Neivo Beraldin). 33) Projeto de Lei n° 313/91, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emília Belinati - APROVADO. 34) Projeto de Lei n° 149/91, de autoria dos Deputados Cesar Silvestri e Albino Corazza. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emília Belinati - APROVADO. 35) Projeto de Lei n° 334/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Rafael Greca - APROVADO. 36) Projeto de Resolução n° 35/91, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Deputado Presidente deu por encerrada a sessão, determinando que se lavrasse a presente Ata.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
José Renato Duarte - Secretário

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA (21)
EM 27.08.91.

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: Mario Bezerra, Valdir Rossoni, Durval Amaral, Emília Belinati, José Tavares, Ovídio Constantino, Rafael Greca de Macedo, Nelson Justus, Luiz Carlos Martins e José Afonso Júnior. Aprovada a Ata do dia vinte e dois de agosto, passou-se à Ordem do Dia. 1) Projeto de Lei n° 59/91, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mario Bezerra. APROVADO. 2) Projeto de Lei n° 77/91 do Deputado Caíto Quintana e outros. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO. 3) Projeto de Lei n° 258/91 de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO. 4) Projeto de Lei n° 259/91, de autoria do Deputado Nilton Cesar Servo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO. 5) Projeto de Lei n° 265/91, de autoria do Deputado Doutor Rosinha. PARECER FAVORÁVEL da Deputada Emília Belinati - APROVADO. 6) Projeto de Lei n° 267/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO. 7) Projeto de Lei n° 280/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário e outros. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO. O Deputado José Tavares manifesta seu voto favorável, mas com restrições. 8) Projeto de Lei n° 289/91, de autoria do Deputado Neivo Beraldin - Deputado Relator, Rafael Greca, requer diligência junto ao autor - Deferido. 9) Projeto de Lei n° 294/91, de autoria do Deputado Carlos Simões, APROVADO o Parecer com a Emenda Substitutiva. 10) Projeto de Lei n° 310/91, de autoria do Deputado Albino Corazza Neto. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO. 11) Projeto de Lei n° 312/91 de autoria do Deputado Algaci Túlio e Deputada. O Deputado Relator, Durval Amaral, requer diligência junto aos Secretários da Fazenda e da Ciência e Tecnologia - Deferido. 12) Projeto de Lei n° 321/91, de autoria do Deputado Nelson Garcia. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO. 13) Projeto de Lei n° 322/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. PARECER FAVORÁVEL da Deputada Emília Belinati - APROVADO. 14) Projeto de Lei n° 373/91, de

Curitiba, quinta, em 26.09.91

autoria do Deputado Edson Silva Lino. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Mario Bezerra. APROVADO. 15) Projeto de Lei n° 324/91, de autoria do Deputado Valdir Rossoni. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Mario Bezerra. APROVADO. 16) Projeto de Lei n° 327/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Rafael Greca de Macedo. APROVADO. 17) Projeto de Lei n° 331/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mario Bezerra. APROVADO. 18) Projeto de Lei n° 332/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins. APROVADO. 19) Projeto de Lei n° 333/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus. APROVADO. 20) Projeto de Lei n° 335/91, de autoria do Deputado José Tavares. O Deputado Relator Durval Amaral requer diligência junto ao autor. DEFERIDA. 21) Projeto de Lei n° 338/91, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins. APROVADO. 22) Projeto de Lei n° 339/91, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins. APROVADO. 23) Projeto de Lei n° 341/91, de autoria do Deputado Albino Corazza. A Deputada Relatora, Emília Belinati, requer diligência junto ao autor. DEFERIDO. 24) Projeto de Lei n° 342/91, de autoria do Deputado Antônio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni. APROVADO. 25) Projeto de Lei n° 343/91, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus. APROVADO. 26) Projeto de Lei n° 346/91, de autoria do Deputado Renato Adur. O Deputado Relator Durval Amaral, requer diligência junto ao autor. DEFERIDO. 27) Projeto de Lei n° 347/91, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ovídio Constantino. APROVADO. 28) Projeto de Lei 348/91, de autoria do Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins. APROVADO. 29) Projeto de Lei n° 349/91, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. O Deputado Relator Durval Amaral, requer diligência junto ao autor. DEFERIDO. 30) Projeto de Lei n° 351/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. O Deputado Relator Mario Bezerra, requer diligência junto ao autor. DEFERIDO. 31) Projeto de Lei n° 353/91, de autoria do Deputado Antônio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares. APROVADO. 32) Projeto de Lei n° 354/91, de autoria do Deputado Cesar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins. APROVADO. 33) Projeto de Lei n° 358/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral. APROVADO. 34) Projeto de Lei n° 359/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado

Ovídio Constantino. APROVADO. 35) Projeto de Lei n° 360/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus. APROVADO. 36) Projeto de Lei n° 362/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus. APROVADO. 37) Projeto de Lei n° 364/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emília Belinati. APROVADO. 38) Projeto de Lei n° 366/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral. APROVADO. 39) Projeto de Lei n° 44/91, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti e Edson Silva Lino. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus. APROVADO. 40) Proposição n° 49/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus. APROVADO. 41) Proposição n° 50/91, do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus. APROVADO. 42) Proposição n° 51/91, do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus. APROVADO. 43) Proposição n° 52/91, do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus. APROVADO. 44) Proposição Veto n° 48/91, oriundo do Poder Executivo, Lei n° 70/91, de autoria do Deputado Erondy Silvério. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral. APROVADO. Terminada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente, atendendo ao requerimento do Deputado Rafael Greca de Macedo, para exame dos graves problemas que afligem o funcionalismo público estadual, da administração direta e autárquica, quanto ao não cumprimento, pelo Governo Estadual, dos preceitos legais, constitucionais e de justiça, passou a palavra ao Senhor José Carlos Trizotti e ao Doutor Juraci Barbosa Sobrinho, que esclareceram aos Senhores Deputados sobre onde está sendo ferida a Constituição, no tocante ao funcionalismo público. Foram mencionados os seguintes assuntos: a obrigação de criação de Regime Jurídico Único; o desrespeito à Lei Estadual que fixou o mês de junho como data-base do servidor público estadual; o corte do vale-refeição pelo atual Governo; o achatamento dos salários dos servidores estaduais, pela omissão da reposição devida por lei e por justiça; a autonomia e independência dos três poderes, bem como, a isonomia entre eles; denúncias de cortes de vantagens já consolidadas e do adicional por tempo de serviço, constante do Estatuto do Servidor Público do Paraná; a segurança no trabalho; a estabilidade; a política de recursos humanos e a publicidade dos Quadros Funcionais dos Três Poderes. Nada mais havendo a tratar, o Deputado Presidente deu por encerrada a sessão, determinando que se lavrasse a presente Ata.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

JOSÉ RENATO DUARTE - Secretário

12ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 12ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Lourenço Fregonese, Nelson Justus, Valdir Rossoni, Nelson Garcia, Ovídio Constantino, Rafael Greca de Macedo, Emília Belinati. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, a fim de apreciar o Projeto de Lei n° 350/91, motivo desta convocação. É oriundo do Poder Executivo - Mensagem n° 67/91. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni. O Deputado Ovídio Constantino manifesta voto FAVORÁVEL ao PARECER, mas registra seu voto com restrições, uma vez que do ponto de vista jurídico, o projeto fere a Constituição. O Deputado Nelson Justus manifesta seu voto contrário. APROVADO o PARECER. Nada mais havendo a tratar, o Deputado Presidente deu por encerrada a Sessão, determinando que se lavrasse a presente Ata.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ RENATO DUARTE

Secretário

12ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA 22ª

EM 03.09.91

Aos três dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Mário Bezerra, Valdir Rossoni, Durval Amaral, José Tavares, Luiz Carlos Martins, Alceu Swarowski, Ovídio Constantino, Antônio Costenaro Neto e Emília Belinati. Aprovada a Ata do dia dois deste mês, passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 180/91, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra à Emenda Substitutiva. APROVADO. 2) Projeto de Lei n° 325/91, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra. APROVADO. 3) Projeto de Lei n° 337/91, de autoria do Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró Guimarães. APROVADO. 4) Projeto de Lei n° 344/91, de autoria do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra. APROVADO. 5) Projeto de Lei n° 356/91, de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer

FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto. APROVADO. 6) Projeto de Lei n° 357/91, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró Guimarães. APROVADO. 7) Projeto de Lei n° 363/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni. APROVADO. 8) Projeto de Lei n° 365/91, de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Afonso Júnior. APROVADO. 9) Projeto de Lei n° 367/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior. O Deputado Relator, José Tavares, requer diligência junto ao autor. DEFERIDA. 10) Projeto de Lei n° 369/91, de autoria do Deputado João Arruda. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto. APROVADO. 11) Projeto de Lei n° 370/91, de autoria do Deputado João Arruda. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emília Belinati. APROVADO. 12) Projeto de Lei 372/91, de autoria do Deputado Domingos de Carvalho. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ovídio Constantino. APROVADO. 13) Projeto de Lei n° 374/91, de autoria

Curitiba, quinta, em 26.09.91

do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins. APROVADO. 14) Projeto de Lei n° 375/91, de autoria do Deputado Severino Félix. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Afonso Júnior. APROVADO. 15) Projeto de Lei n° 377/91, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares. APROVADO. 16) Projeto de Lei n° 380/91, de autoria do Deputado Eurides Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral. APROVADO. 17) Projeto de Resolução n° 45/91, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares. APROVADO. 18) Projeto de Resolução n° 46/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Deputado Presidente deu por encerrada a sessão, marcando outra para a próxima terça-feira e determinando que se lavrasse a Ata.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ RENATO DUARTE - Secretário